

## Novo Refis da MP 449 é aprovado na Câmara (\*)

**E  
D  
I  
T  
O  
R  
I  
A  
L**

A Câmara Federal aprovou a MP 449, com as alterações inseridas pelo relator, fruto das emendas parlamentares, que transformou o tímido parcelamento do texto original em NOVO REFIS.

Com as emendas aprovadas no novo texto, o benefício vale para os débitos inscritos ou não na dívida ativa da União, tanto das Pessoas Jurídicas como Pessoas Físicas.

Eis o parcelamento aprovado na Câmara, após a aprovação da MP 449:

1) pagamento à vista, com redução de 100% nas multas de mora e de ofício, de 40% das isoladas e de 45% dos juros de mora e de 100% do valor do encargo legal;

2) parcelados em até 30 prestações mensais, com redução de 90% nas multas de mora e de ofício, de 35% das isoladas e de 40% dos juros de mora e de 100% do valor do encargo legal;

3) parcelados em até 60 prestações mensais, com redução de 80% nas multas de mora e de ofício, de 30% das isoladas e de 35% dos juros de mora e de 100% do valor do encargo legal;

4) parcelados em até 120 prestações mensais, com redução de 70% nas multas de mora e de ofício, de 25% das isoladas e de 30% dos juros de mora e de 100% do valor do encargo legal;

5) parcelados em até 180 prestações mensais, com redução de 60% nas multas de mora e de ofício, de 20% das isoladas e de 25% dos juros de mora e de 100% do valor do encargo legal;

A polêmica envolvendo o índice de atualização dos valores a serem parcelados, segundo notícia da Agência Câmara, foi objeto de correção do projeto de lei de conversão aprovado, ao determinar que a correção será pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou por 60% da Taxa Selic. A TJLP é de 6,25% e a Selic está atualmente em 11,25%. Os 60% da taxa correspondem a 6,75%.

Segundo a Agência Câmara, "poderão aderir ao novo parcelamento as pessoas físicas ou jurídicas cujas dívidas tenham vencido até 30 de novembro de 2008, inclusive aquelas enquadradas nas seguintes situações: Programa de Recuperação Fiscal (Refis); Parcelamento Especial (PAES); Parcelamento Excepcional (PAEX); parcelamento pela Lei Orgânica da Seguridade Social ou pela Lei do Cadin; e aproveitamento

indevido de créditos do IPI relativos à compra de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários.

Cada prestação mensal não poderá ser inferior a R\$ 50 para a pessoa física e a R\$ 100 para a pessoa jurídica. No cálculo do débito consolidado, serão dados descontos de 20% a 100% sobre as multas (mora, ofício ou isoladas) e sobre os juros de mora.

Uma das novidades em relação ao texto original da MP é a possibilidade de as empresas usarem até 25% do seu prejuízo fiscal e até 9% da base de cálculo negativa da CSLL para liquidar multas e juros.

Quem já houver pedido o parcelamento segundo as regras do texto original da MP, mais restritas, poderá optar pelos critérios da futura lei em até seis meses da sua publicação.

Para evitar grandes quedas de arrecadação, a fórmula de parcelamento negociada pelo relator com o governo prevê que a prestação mínima do refinanciamento deverá ser equivalente a 85% da última parcela devida antes da edição da MP.

Isso vale para os débitos do PAES, do PAEX, da Lei Orgânica da Seguridade Social e da Lei do Cadin. No caso do Refis, a prestação mínima será de 85% da média das últimas doze parcelas devidas antes da edição da MP.

Para os débitos pelo uso indevido de crédito do IPI, a prestação mínima será de R\$ 2 mil, mas a empresa não ficará obrigada a pedir o parcelamento de todos as dívidas".

Já apelidado de "REFIS DA CRISE", em virtude dos últimos índices econômicos divulgados, o texto aprovado beneficiará ao Governo, pela arrecadação extra que o parcelamento trará e aos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que terão oportunidade

**Cada prestação mensal não poderá ser inferior a R\$ 50 para a pessoa física e a R\$ 100 para a pessoa jurídica. No cálculo do débito consolidado, serão dados descontos de 20% a 100% sobre as multas (mora, ofício ou isoladas) e sobre os juros de mora.**

### EDITORIAL

↳ Novo Refis da MP 449 é aprovado na Câmara

■ Página 01 e 02

### EVENTOS

■ Página 02

### PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

### FIQUE SABENDO

↳ União Europeia amplia até 2011 subsídios para produtor de leite

↳ Agricultores familiares de 21 estados terão crédito especial

↳ Rastreamento encarecerá a carne, diz CNA

↳ Stephanes: adidos agrícolas começam a trabalhar em dezembro

■ Páginas 03 e 04

### NOTICIA DA CNA

↳ CNA prepara estudo sobre desmatamento no País para criação bovina

■ Páginas 05

### ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 14/07/09

■ Páginas 05 e 06

## Informativo Semanal



Nº 557

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

**Coordenação e Elaboração:** Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

**Coordenador Geral do Agropacto:** JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

### Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA  
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB  
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos  
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE  
João Hélio Torres D'Ávila - UFC  
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical  
José Alves Teixeira - BNB  
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

### Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE  
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão  
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba  
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal  
Francisco Férrer Bezerra - FIEC  
Gilson Gondim - C.S. Flores  
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC  
João Teixeira Júnior - UNIVALE  
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite  
Luiz Prata Girão - BETÂNIA  
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE

Tom Prado - C.S. Fruticultura

### Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

### Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

### Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

### Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

### CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: [agropacto@faec.org.br](mailto:agropacto@faec.org.br)

Site: [www.agropacto-ce.org.br](http://www.agropacto-ce.org.br)

## continuação

de regularizar suas pendências fiscais junto ao erário federal.

Como a crise já refletiu na arrecadação tributária, o Governo cedeu e negociou o texto originário da MP 449. A uma, pela ineficácia na arrecadação tributária no tocante ao estoque da Dívida Ativa: a duas, porque as multas fora do contexto de uma economia com inflação sob controle, aliada aos maiores JUROS do planeta e, ainda, com os indigitados ENCARGOS, tornaram fatores que não motivam os contribuintes a quitarem suas dívidas.

O texto fala de JUROS, MULTA E ENCARGOS.

No que se refere aos Juros, a partir de 1995 juros e correção monetária estão incluídos na SELIC, que é um índice irreal, a maior taxa de juros do mundo, o que também torna a dívida impagável. Ao adotar a TJLP, criará condições para o contribuinte cumprir o parcelamento em comento, uma vez que a SELIC sempre foi inibidora da adimplência, por contribuir para o crescimento descontrolado do débito, tornando-o impagável.

Desde o plano real, 1994 em diante, estamos vivenciando uma economia com inflação controlada, mas com as multas incidentes sobre tributos federais ainda aplicadas como se estivéssemos no regime inflacionário anterior a 1994. No estoque da Dívida Federal (incluindo as previdenciárias) temos dívidas não somente anterior a 1994, mas a maioria dentro do período da vigência do plano real, e os altos percentuais das MULTAS ferem o princípio da Capacidade Contributiva, tornando inviável seu pagamento. Multa irreal inibe a arrecadação.

No item encargos, leiam-se os 20% do Dec. Lei 1.025/1969, que foi acrescido à dívida simplesmente pelo fato de ter sido inscrita em dívida ativa. Veja-se que o texto aprovado, em qualquer das opções de pagamento, a exclusão dos encargos será sempre de 100%.

Ao oferecer descontos nos juros (os maiores do mundo e irreal para a economia brasileira), nas MUTAS (de percentuais absurdos) e encargos (inacreditáveis 20% criados pela ditadura), se o texto for aprovado pelo Senado e sancionado pelo Presidente da República, estarão as nossas autoridades adequando os valores das dívidas de cada contribuinte para a realidade brasileira e, certamente, o Governo terá uma arrecadação suplementar capaz de fazer frente a possível queda em 2009, decorrente dos efeitos da crise financeira mundial.

Repetimos, é o momento para todas as entidades representativas dos contribuintes, tanto empresarial, das pessoas físicas e do terceiro setor, se mobilizar junto ao Senado e ao Governo, para verem corrigidas as distorções da MP 449, e aprovar e sancionar Lei que cria condições dos contribuintes administrarem passivos tributários e Governo receber, pelo menos, parte de sua Dívida Ativa.

*(\*) Roberto Rodrigues de Moraes, Especialista em Direito Tributário*

## Eventos

**Congresso:** A Comissão Organizadora local, formada por professores e pesquisadores da UNIVASF, Embrapa SemiÁrido e CEFET-Petrolina, juntamente com a SBEA realizará nas cidades de Juazeiro - BA e Petrolina - PE, no período de 2 a 6 de agosto de 2009, o 38º Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola - CONBEA. Sob o tema "Planejamento da bacia hidrográfica e o desenvolvimento da agricultura" serão abordadas questões que permitam a construção de um debate em torno dos desafios da Engenharia Agrícola no campo científico e tecnológico relacionado às áreas de Construções Rurais e Ambiente, Energia na Agricultura, Engenharia de Água e Solo, Máquinas e Mecanização Agrícola, Ciência e Tecnologia de Pós-Colheita, Geomática, Saneamento e Controle Ambiental; além de temas interdisciplinares. Informações: telefone (16) 3203-3341; site [www.sbea.org.br/conbea/conbea2009.htm](http://www.sbea.org.br/conbea/conbea2009.htm) e e-mail [sbea@sbea.org.br](mailto:sbea@sbea.org.br)

**ENCOMEX 2009:** Com o objetivo de estimular maior participação do empresariado brasileiro no comércio internacional e dar conhecimento à iniciativa privada das ações institucionais desenvolvidas para o incremento do comércio exterior brasileiro, a Secex - Secretaria de Comércio Exterior, promoverá nos dias 12 e 13 de agosto próximo vindouro, no Centro de Negócios do SEBRAE/CE, o ENCOMEX 2009 - Encontros de Comércio Exterior. As inscrições do Encontro são gratuitas e poderão ser feitas através do telefone (85) 3255-6651 e pelo site [www.encomex.gov.br](http://www.encomex.gov.br)

## ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

**O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial**

## FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

### União Europeia amplia até 2011 subsídios para produtor de leite

A União Europeia (UE) anunciou que quer ampliar até 2011 os subsídios agrícolas para os produtores do setor lácteo para ajudá-los a enfrentar a crise econômica. A medida é vista como mais uma distorção no comércio e foi criticada pelo Brasil e vários outros países. Ontem, em uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) para lidar exatamente com medidas protecionistas, o Brasil alertou para sinais de nacionalismo comercial em vários setores e criticou a OMC por não dar a atenção adequada ao impacto negativo dos pacotes de estímulo no comércio.

Mas o Brasil teve de se defender também de acusações de protecionismo. O Itamaraty alegou na OMC que as recentes elevações de tarifas de importação para o setor do aço não eram medidas protecionistas.

Nos últimos encontros do G-20 e do G-8, governos de todo o mundo insistiram em fazer promessas de que não recorreriam a medidas que distorcem o comércio para proteger seus trabalhadores diante da pior crise em 70 anos.

Mas cresce o número de governos que cede à pressão de seus eleitores e setores organizados. Em uma demonstração nítida de que a pressão protecionista ganha terreno, os ministros de Agricultura da UE decidiram ontem prolongar os subsídios, diante da queda da demanda e da superprodução que já existe na região.

O plano, criado em março para ajudar os produtores, venceria em agosto. Era para ter sido uma ajuda temporária, mas agora a previsão é de que seja ampliado até fevereiro de 2010 ou mesmo até 2011. A UE simplesmente irá comprar o excedente produzido pelas empresas de produtos lácteos da região, mantendo os preços de forma artificial e prejudicando concorrentes externos.

Segundo os europeus, a queda no preço do leite fez com que a renda dos produtores também sofresse uma redução. No médio prazo, esperamos que a demanda volte a crescer e que os preços se estabilizem, afirmou a comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel.

O retorno dos subsídios foi duramente atacado pelo Itamaraty. O embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, fez questão de criticar um levantamento feito pela entidade. Segundo ele, os subsídios agrícolas não haviam recebido a atenção adequada por parte da secretaria da OMC.

O Brasil está desapontado com a falta de ênfase do relatório sobre a reintrodução de subsídios a exportação de leite, exatamente quando os preços estão em queda. Os subsídios vão agravar ainda mais a situação, disse Azevedo. Ele também quer saber qual o valor dos subsídios no setor do algodão.

TARIFA - O Itamaraty ainda se defende do fato de ter sido citado na lista dos países que adotaram medidas protecionistas, elevando tarifas no setor do aço. Para Azevedo, a elevação foi apenas um retorno aos níveis que existiam antes. A queda da tarifa havia sido um gesto excepcional para permitir que o mercado fosse abastecido. Azevedo disse que a OMC não consultou o governo para saber do que se tratava.

O Itamaraty também critica a elaboração do relatório por não dar atenção suficiente ao impacto negativo dos pacotes de estímulo no comércio. Nos últimos meses, americanos e chineses adotaram medidas que deram preferências a empresas locais, em detrimento de competidores externos.

No setor financeiro, haveria sinais de nacionalismo, diante dos pacotes dados a bancos e que condicionam os recursos a empréstimos apenas a empresas locais. O governo alertou na OMC que isso poderia levar à redução de investimentos nos países emergentes.

### Agricultores familiares de 21 estados terão crédito especial

A linha de Combate à Pobreza Rural (CPR), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), será ampliada de 14 para 21 estados e passará a ser desenvolvida exclusivamente com recursos da União. Com essa retomada, o Programa passa a ser uma política permanente de acesso à terra e estruturação produtiva, necessária para incluir famílias no desenvolvimento rural sustentável e solidário, segundo o secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adhemar Lopes de Almeida.

**Beneficiados** – A CPR atende a trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores rurais e proprietários de minifúndios com renda anual de até R\$ 9 mil e patrimônio familiar de até R\$ 15 mil (sem moradia). Os beneficiados são pessoas em situação de pobreza de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As famílias atendidas reembolsam apenas a quantia destinada à compra da terra. Desde 2003, a linha de crédito já atendeu cerca de 40 mil famílias em 14 estados, onde R\$ 749 milhões foram investidos em 821 mil hectares. Já o PNCF financiou a compra de 1,2 milhão de hectares em todo o País, para 73 mil famílias, com R\$ 1,9 bilhão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. O valor máximo por família é de R\$ 40 mil, em até 17 parcelas anuais, com dois anos de carência. No semiárido, ou em áreas com passivos ambientais, é concedido um adicional de R\$ 3 mil para projetos ambientais. Os projetos de jovens, mulheres, ou negros têm direito a um crédito adicional de R\$ 1 mil.

Estados beneficiados - Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Rio Grande do Sul e Tocantins.

**PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural**

## FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

### Rastreamento encarecerá a carne, diz CNA

A Senadora Kátia Abreu (DEM-TO), Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), disse que a exigência de rastreabilidade dos bois comprados por frigoríficos só será possível se os pecuaristas forem remunerados pelos custos para identificar a origem de seus rebanhos.

O BNDES estuda limitar seus empréstimos a frigoríficos que comprovem que não compram carne de fazendas que desmatam a Amazônia.

Ontem, em Porto Alegre, a senadora criticou a possibilidade e disse que o país correria o risco de desabastecimento, pois o Sisbov, sistema de rastreamento de bois do Ministério da Agricultura, não teve a adesão da maioria dos produtores em razão dos custos. Se esse rastreamento para financiamento ocorrer de fato, nós estamos dispostos [a aderir], desde que tenha quem vai bancar o custo. O produtor não vai se sentir estimulado a ter mais um custo e não ser remunerado.

A ruralista também defendeu a flexibilização do Código Florestal. Ela disse que trabalha na elaboração de uma proposta que transfira da União para cada Estado a possibilidade de legislar sobre o tamanho das áreas de preservação permanentes.

O objetivo, disse ela, é aprovar no Congresso uma legislação que estabeleça parâmetros científicos para definir o tamanho de cada área de preservação pelas autoridades estaduais.

A proposta é combatida por ambientalistas e pelo Ministério do Meio Ambiente, que temem que possa haver um afrouxamento generalizado da legislação ambiental para atrair investimentos nos Estados.

### Stephanes: adidos agrícolas começam a trabalhar em dezembro

O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que, a partir de dezembro ou no máximo janeiro, o País já contará com os serviços de nove adidos agrícolas, que vão trabalhar em países mais estratégicos do ponto de vista do comércio do setor. O ministro não detalhou quais são os nove países, mas disse que, sem dúvida, entre os primeiros a receber os novos diplomatas estão nações como Japão, Rússia e Estados Unidos.

Stephanes participou do lançamento do Programa de Imersão do Agronegócio, que tem como objetivo ajudar o Ministério das Relações Exteriores a aprofundar o conhecimento dos diplomatas sobre o agronegócio. Os funcionários do Itamaraty selecionados participarão de visitas a 12 cidades, onde visitarão propriedades, agroindústrias, fazendas e frigoríficos.

Questionado se o programa seria uma tentativa de minimizar as críticas que os produtores fazem à atuação dos consulados e embaixadas na divulgação da produção agrícola brasileira, Stephanes respondeu apenas que é um aperfeiçoamento. Ele reconheceu, entretanto, que o Brasil demorou muito tempo para instituir a figura do adido agrícola. "A figura do adido agrícola existe em praticamente todos os países que têm importância no setor há mais de 50 anos. O Brasil demorou muito, mas acabou criando esse serviço agora", disse o ministro.

Stephanes, que participou de reunião com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que, no encontro, foi discutido um projeto de desenvolvimento para o Nordeste, que foi elaborado pelo ex-ministro de Assuntos Estratégicos Mangabeira Unger. "A ministra pediu para que outros ministros apresentem sugestões a esse programa", contou.

## pequenas NOTAS

**Risco reavaliado no BB:** O Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil (BB), o ex-Ministro da Agricultura, Luiz Carlos Guedes Pinto, afirmou que a instituição financeira irá reavaliar o risco de 94 mil clientes da agricultura empresarial, volume que representa cerca de um terço dos entre 250 mil e 300 mil tomadores de crédito do BB no agronegócio. O BB é o primeiro a anunciar a operação desde que a medida foi aprovada para o crédito rural, em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). Até então, a avaliação de risco era feita automaticamente por meio de normas do Banco Central (BC), prática que ainda segue para os clientes fora da carteira de crédito rural. Com a reavaliação, o cliente poderá ser reclassificado em um nível de risco menor e assim fazer novos financiamentos, ou mesmo prorrogar outras operações.

**Exportação de carne aumenta em junho:** Começam a aparecer os primeiros números positivos na exportação de carne do Brasil em 2009. No mês de junho, o volume de carne *in natura* exportada foi de 132 mil toneladas, o que equivale a um aumento de 9% sobre o mesmo mês de 2008, cujo volume embarcado foi de 120 mil toneladas. Outra notícia que tem animado os exportadores é o fato de que a queda da receita cambial com a venda de carne *in natura* de 2009 em relação a 2008 tem sido menor a cada mês. De janeiro a março deste ano, por exemplo, a queda no resultado das exportações de carne *in natura*, em dólar, era de 34% em relação ao mesmo período do ano passado. No primeiro semestre de 2009 (US\$ 1,3 bilhão), entretanto, a queda na receita cambial com o mesmo produto foi de 29% em relação aos seis primeiros meses de 2008 (US\$ 2,5 bilhões). Os dados foram divulgados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

**Grupos técnicos discutem sustentabilidade na produção de biocombustíveis:** Metodologias de cálculos de emissões de gases de efeito estufa e de critérios de sustentabilidade na produção de biocombustíveis foram debatidos no 5º Encontro do Grupo Técnico de Trabalho da Parceria Global de Bioenergia (GBEP, sigla em inglês), de 8 a 10 de julho, em Paris (França). O Coordenador adjunto de Açúcar e Alcool, da Secretaria de Produção e Agroenergia (Spae), Luís Job, representou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) na delegação brasileira. O GBEP reuniu países do G8+5 e organismos internacionais como os das Nações Unidas. Este foro internacional abriu oportunidade para as pretensões brasileiras de consolidar o etanol como *commodity*. Job também participou da reunião da Comissão Europeia sobre Sustentabilidade de Biocombustíveis promovida pela Utilização da Terra para mudar Impactos Indiretos dos Biocombustíveis (ILUC, sigla em inglês), na sede da União Europeia, em Bruxelas (Bélgica). As conclusões deste encontro serviram de subsídio para a consulta pública programada para setembro.

## CNA prepara estudo sobre desmatamento no País para criação bovina

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e outras instituições representativas da pecuária prometem apresentar um estudo dentro de 90 dias com todos os pontos indicados pela organização não-governamental (ONG) Greenpeace a respeito da evolução do desmatamento no País para a criação de gado. A informação foi apresentada, na última sexta-feira (10/07), pelo presidente do Fórum da Pecuária de Corte da CNA, Antenor Nogueira, que participou da Câmara Setorial de Carne Bovina, instalada no Ministério da Agricultura, em Brasília.

Nogueira ressaltou que não seria um contraponto oficial às denúncias feitas pela ONG. "Não vamos colocar banquinho para eles subirem", afirmou. "Mas no chutômetro não queremos discutir. Queremos bases técnicas", continuou, acrescentando que os levantamentos apresentados pelo Greenpeace não identificam as fontes de informação.

No caso do material que será apresentado pelos produtores, disse Nogueira, todos os institutos estarão descritos. Entre eles, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e universidades públicas, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

## ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

*Resumo da Reunião de 14 de julho de 2009*

*Tema: Revitalização da Cajucultura no Estado do Ceará*

*Palestrantes: José de Sousa Paz, Supervisor de Núcleo da Fruticultura da CODAF/SDA e Egberto Targino Bomfim, Assessor de Cajucultura da EMATERCE*

O Sr. Coordenador Francisco Férrer Bezerra abriu a reunião, apresentando as escusas dos Doutores Torres de Melo e Flávio Saboya, pela ausência à reunião. Informou sobre a implantação da câmara setorial da cajucultura e passou a palavra ao Sr. José de Sousa Paz, que agradeceu a oportunidade de estar no AGROPACTO e passou a apresentar o Projeto de Distribuição de Mudas de Caju de 2007 a 2009 e o Projeto de Substituição de Copas em 2009. Justificativas: expressiva área de cultivo, predomínio do pequeno produtor em sua exploração; empregos gerados no campo da ordem de 25 mil diretos e 75 mil indiretos e na indústria, da ordem de 16 mil; lugar de destaque nas exportações de castanha, baixa produtividade e qualidade do produtos, produtores desorganizados e pouco informados. Como objetivo geral, aumentar a produtividade dos pomares de cajueiros comuns e específicos: substituir a copa de 2.500 ha, capacitar extensionistas e produtores no uso da motosserra e na técnica de enxertia, incrementar a geração de emprego e renda familiar e prestar assistência técnica aos produtores. Disse que os projetos teriam a coordenação da SDA, execução da Ematerce, em parceria com a Embrapa, Secretarias Municipais, Sindicatos, Associações e Federações, com a estratégia de selecionar municípios, comunidades a fim de adquirir motosserras, propágulos, lenha, capacitação e subsídio (forma de pagamento). Disse que a primeira situação seria o corte de cem plantas com enxertos pegados, e um total a receber de R\$1.500,00, sendo 50% após o corte e 50% após os enxertos pegados; a segunda situação, corte de cem plantas com 50 enxertos pegados, num total a receber de R\$750,00; terceira situação de cem plantas cortadas com 40 enxertos pegados, total a receber, de R\$750,00 e total a devolver de R\$150,00. Finalizou colocando-se à disposição para esclarecimentos. Em seguida, o Sr. Egberto Targino Bomfim passou a explanar sobre como fazer substituição de copas em cajueiros improdutivos, apresentando as justificativas: baixa produtividade do cajueiro (62% das plantas produzem menos de 4kg/planta/ano e respondem por menos de 32% da produção total), baixa qualidade da castanha e do pedúnculo, dificuldade nos tratamentos fitossanitários e colheita, elevação da produtividade: 800 a 1.000kg/ha/ano. Ressaltou diversos

pontos a considerar: isoladamente não irá resolver todo o problema da cajucultura, a generalização desta tecnologia poderá inviabilizar o manejo do pomar, fatores limitantes: idade - porte - estado nutricional e fitossanitário, redução da produção de castanha a curto prazo e conhecer bem o pomar antes de aplicar a tecnologia. Disse que a assistência técnica iria enfatizar o programa de distribuição de mudas, o programa de substituição de copas, agroindústrias de base familiar e a comercialização. Mostrou alguns resultados alcançados de 2007 a 2009, num total de 2,4 milhões de mudas distribuídas e 6.510 produtores beneficiados. Como metas, substituir a copa em 2.500 hectares de cajueiros improdutivos; elevar a produtividade de 250kg/ha para 800kg/ha; prestar ATER a 8 mil agricultores familiares; capacitar 1.000 agricultores através de 50 cursos; capacitar 80 agentes de ATER através de 04 cursos; aquisição de 54 motosserras; distribuir 900.000 mudas de caju ano precece enxertado e prestar assistência técnica a 40 agroindústrias de base familiar. Enumerou as estratégias para substituição de copas; substituição total, como vantagens, uniformidade do pomar e ganho de produtividade; e desvantagens, elevado custo de implantação e produção muito reduzida no primeiro ano. Substituição seletiva, como vantagens, menor custo e maior produtividade; como desvantagem, a desuniformidade. Substituição em fileiras alternadas, como vantagens, custo é mais baixo e pequena redução de safra; e desvantagens, desuniformidade do pomar e menor produtividade em relação a substituição seletiva. Mostrou então as etapas a serem realizadas operacionalmente para efetuar a substituição de copas, mostrando fotos de plantas selecionadas, o corte, os tratamentos fitossanitários e a enxertia.

### Debates

O Sr. Coordenador Francisco Férrer Bezerra abriu os debates, observando que existiam muitas tecnologias que poderiam ser massificadas através da câmara setorial, com apoio do Governo do Estado e parceiros. No primeiro bloco de perguntas, o Sr. Araripe agradeceu ao Deputado Hermínio Resende a colocação do Caju Nordeste no calendário oficial



de eventos do Ceará, e que seria realizada em 2009 a sua sexta edição, de 18 a 21 de novembro em Beberibe. Perguntou se existia definição das variedades de cajueiro a serem implantadas. O Dr. Dalton Teixeira disse que o Sr. Paz era uma referência de funcionário público, pois tratava a todos que o procuravam com atenção e respeito. Citou a importância de se querer fazer mudança de qualidade, mas procurar primeiro os departamentos e pessoas que estivessem dispostos a mudar e se dedicassem a mudar. Perguntou sobre o conceito de agricultura familiar, de emprego e posto de trabalho; como tratarão o problema das motosserras que foram distribuídas em diversas comunidades e não utilizadas. O Sr. José Trajano lembrou que há muitos anos vinha ao AGROPACTO falando sobre a cajucultura, que era um idealista e que na ONG Caju, que representava, em 2010 iriam lançar um livro sobre os 70 anos da cajucultura cearense, mostrou uma matéria falando sobre o ETENE, dizendo que a fruticultura no nordeste batia fundo e colocava a castanha-de-caju no 13º lugar na produção, lamentando que o caju havia sido extinto, findando a cajucultura cearense. Insistiu que ainda tinha jeito, porque tinha chão, água e homens no campo para trabalhar a cajucultura e que isso precisava ser estimulado, e para esse fim, solicitou apresentar um documentário em DVD sobre o assunto. O Sr. Coordenador disse que passaria a reivindicação de apresentação do DVD à coordenação do AGROPACTO, para que seja apresentado em outra oportunidade. O Sr. José de Sousa Paz respondeu: que ainda estão em experimentos com vários clones de caju; agricultura familiar é aquela trabalhada com a família no campo, até certo número de módulos, mas se está errado, tem que ver com as autoridades. O Sr. Egberto Targino Bonfim complementou as respostas, dizendo que sobre as motosserras, se a direção da Ematerce souber que isso aconteça, tomará providências. No segundo bloco, o Sr. Aníbal Arruda disse que o cajueiro era uma benção de Deus, que aproveitava há três anos aproveitando pedúnculo de caju e bagana de carnaúba, fazendo ração para diversos animais e que o grande problema do caju era o não-aproveitamento do pedúnculo. Entregou aos palestrantes um vídeo chamado Ração da Vida, contendo demonstrações dos benefícios do caju em relação ao milho para a ração peletizada. O Sr. João Batista Ponte disse que tudo o que foi dito naquela reunião havia sido proveitoso, até mesmo críticas. Falou de sua preocupação com a escala de produção e o preço da castanha, que não era compensatório e perguntou até que ponto poderiam investir recursos no programa de substituição de copas. O Sr. Emar Vieira disse que estava na atividade da cajucultura desde 1977, e ouvia sempre os mesmos discursos de lamentações e que era necessário mudar os

valores, os intelectuais, e as tecnologias, e citou: acorda, caju! Disse que se fizesse a substituição de copas só daria castanha 320 e que a concorrência do Ceará era na SLW, porque o diferencial era o preço. Perguntou qual o critério para a compra de mudas. Para novas respostas, com a palavra o Sr. José de Sousa Paz, dizendo ser necessário envolver a Embrapa para levar à frente o trabalho do Sr. Aníbal; que seria retrógrado pensar que iria influenciar no aumento de produção e que não estavam preocupados somente em produzir, mas também em fazer com que o produtor venda a sua castanha, processe, agregue valor; que o critério de compra de mudas era que o produtor de mudas fosse cadastrado no Ministério da Agricultura, e após avaliado junto com a Embrapa, devolvesse a informação, que pagam uma muda a R\$1,50, sendo 30% adiantado. O Sr. Coordenador Francisco Férrer Bezerra disse que de 1999 a 2008 no Estado do Ceará tinham 50 mil hectares e atualmente, mais de 100 mil denotando crescimento oferta de matéria-prima para a indústria e ocorreu importação expressiva somente em 2008. Falou dos problemas de desorganização em várias cadeias produtivas, além da cajucultura. No terceiro bloco de perguntas, o Sr. Antonio Bezerra Peixoto citou como positivo o esforço de organização da cadeia, através da criação da câmara setorial, iniciativa dos produtores, com apoio do Governo. Sobre a agricultura familiar, independente de seu conceito, era uma política compensatório, era o esforço de tentar impulsionar o desenvolvimento do Brasil. Ressaltou que o momento era muito bom para a cajucultura e que deveriam ser mais otimistas, pois havia o esforço e a vontade de ambas as partes, produtores e Governo. O Sr. Coordenador lembrou que a ADECE vinha sendo também impulsionadora dos processos de câmaras setoriais de cadeias produtivas. O Sr. José Ismar Parente disse que atualmente tinham um novo alento na cajucultura, com a criação da câmara setorial, porque passaram um tempo sem programas para o setor, sem desmerecer nenhum Governo anterior. Concordava que demanda e desmotivação do produtor era um fato, mas dependia de estratégias, paciência e dedicação, exalando confiança aos produtores, pois existia, crédito e um Governo mais preocupado com o setor. Fez mais algumas considerações sobre a utilização da madeira, subsídios, etc. O Sr. José de Sousa Paz fez esclarecimentos sobre a modalidades de recebimento pela poda e enxertia e disse que o projeto não era fechado, não era do Governo, era um projeto em construção da cajucultura em todos os seus elos e todas as idéias seriam bem vindas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Coordenador passou a palavra ao Sr. Antonio Bezerra Peixoto, que agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.